

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 19ª Reunião Ordinária

DATA: 27/07/99

LOCAL: Ministério do Trabalho e Emprego / Brasília (DF)

PARTICIPANTES: Vera Olímpia (SSST), Juarez Correia Barros Júnior (SSST), André Luiz M. Cardoso (SSST), Mário Bonciani (DRT/SP), Ivone Baumecker (SSST), Roque Puiatti (DRT/RS), Joseline M.^a C. T. C. Leão (DRT/PE), Júlio Maito Filho (CNC), Moisés A. Bortolotto (CNC), Leonardo Greco (CNI), Maria de Fátima C. Mota (CNI), Magnus Ribas Apostólico (CNF), Benedito Dario Ferraz (CNT), Adriana Giuntini (CNT), Emília C. Sant'anna (CUT), Domingos Lino (CUT), Joel Pereira Félix (CGT), Arnaldo Gonçalves (FS), Valdete Ferreira Lopes (FS), Sérgio Latance Júnior (CNT), Albucaçis de Castro Pereira (CNC), Jairo Cabral (CUT), Jorge M. Ribeiro (CNA).

CONVIDADOS: Dr. Francisco Dornelles (Ministro do Trabalho/MTE), Dr. Paulo Jobim Filho (Secretário Executivo/MTE), José Alves F. Júnior (SDS), Rosemeire Siqueira (SDS), Eliane Rei (SSST), Joice Ribeiro (SSST), Cláudia Gurgel (SSST), Ulisses Brandão (SSST).

ABERTURA: Aos vinte e sete dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e nove teve início a Décima Nona Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente, com a presença do Dr. Paulo Jobim que, inicialmente solicitou aos membros que se apresentassem ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Terminadas as apresentações, o Senhor Ministro manifestou a sua satisfação em participar de reunião de tamanha importância, que tinha por objetivo debater as normas reguladoras da Saúde e Segurança do Trabalhador no setor da mineração, que possui grande potencialidade de crescimento a nível de exportação e de mercado interno. A seguir, a Dra. Vera Olímpia (Secretária Substituta/SSST) ressaltou mais uma vez a importância da reunião, que significava a retomada dos trabalhos da CTPP e expôs os motivos pelos quais não poderia participar da reunião em sua totalidade. Antes de se ausentar, solicitou que aos representantes de cada bancada que se manifestassem. O Sr. Jairo Cabral (convidado da CUT) declarou que a presença daquela representação na CTPP implicava no reconhecimento da importância da atuação do movimento sindical nos setores de saúde e segurança do trabalhador, principalmente no que se refere às ações de natureza preventiva. O Sr. Magnus Apostólico, representando a Bancada Patronal, manifestou a sua satisfação com a retomada dos trabalhos da Comissão, externando que houvera preocupação, por parte da Bancada, que com a mudança de comando do Ministério do Trabalho, o processo de discussão viesse a sofrer uma descontinuidade. O Sr. Juarez Corrêa (Secretário Adjunto/SSST) passou a coordenar a reunião, seguindo para o **Item 01 - Aprovação e assinatura das atas da 17ª e 18ª Reuniões Ordinárias e da 1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias da CTPP** - O Coordenador fez a leitura de expediente encaminhado pela CUT em vinte e três de outubro de mil novecentos e noventa e oito, com o seguinte teor: *"após leitura da referida Ata da 17ª Reunião Ordinária, constatamos que*

foi suprimida parte importante de nossa intervenção e solicitamos a seguinte complementação: Na publicação da ordem de serviço 606, do Diário Oficial da União de 19 e 20 de agosto, referente ao processo de revisão de **normas técnicas de avaliação de capacidade da DORT/Benzeno/PAIR/Pneumoconiose**, consta que a CTPP elaborou, em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência, a citada ordem de serviço, bem como a mesma foi submetida para a sua análise e apreciação, conforme a Ata de maio de 1997. A representante da CUT, Emília Câmara, levantou que tal procedimento de parceria e apreciação não havia ocorrido e que, naquela reunião, de maio de 1997, somente foi prestado um informe pelo representante da previdência, sobre o andamento da Ordem de Serviço 606. O Sr. Zuher Handar, após verificação em seus arquivos, atestou que só havia sido dado o informe em maio de 1997 e comprometeu-se a encaminhar um documento para o Sr. Ministro da Previdência Social, fazendo os devidos esclarecimentos. As atas foram aprovadas, considerando-as observações da Central Única dos Trabalhadores sobre a Décima Sétima Reunião Ordinária. **Item 03 - Definição de coordenadores de bancada** - O Coordenador explicou que esse procedimento objetivava um contato efetivo e imediato com as Bancadas. A Bancada dos Trabalhadores elegeu como seu líder o Sr. Domingos Lino, a Bancada dos Empregadores o Sr. Magnus Apostólico e a Bancada de Governo o Sr. André Cardoso. **Item 04 - Palestra "O Desenvolvimento dos Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho em Diversos Países"** - O Sr. Roque Mion Puiatti apresentou o estudo elaborado sobre sistemas de gestão em diversos países: Iniciou a sua apresentação informando que a Inglaterra é o país que possui uma das menores taxas de acidentes fatais. Através de estudos, os ingleses puderam concluir que oitenta e três por cento dos acidentes de trabalho poderiam ter sido evitados, através de uma gestão atuante da segurança do trabalho nas empresas. Observou-se, também, que as empresas que tinham uma boa performance de segurança e saúde do trabalhador, possuíam gestão de segurança e saúde ocupacional participativa. Em mil novecentos e noventa e um foi publicado o documento HSG-65, considerado um marco na questão de gerenciamento e bastante influente na gestão, no que se refere à saúde e segurança do trabalhador. Percebeu-se, através de estudo - The Costs of Work Accidents - também que os custos indiretos dos acidentes eram de quatro a trinta e seis vezes os custos diretos e, que os custos para a sociedade inglesa como um todo são da ordem de 2 a 3 por cento do Produto Interno Bruto. Em mil novecentos e noventa e seis, aquele país publicou o Primeiro Guia de Gestão de Saúde Ocupacional, que gerou uma discussão internacional sobre a necessidade de elaboração de uma norma sobre o sistema de segurança e saúde do trabalhador. A OIT, na palestra de abertura do Congresso Mundial realizado em São Paulo, ponderou que as estimativas de acidentes de trabalho, em todo o mundo, por ano, eram as seguintes: duzentos e cinquenta milhões de acidentes de trabalho, trezentos mil mortes e seiscentos milhões de doenças ocupacionais por ano. O Sr. Roque informou que o Brasil é o país em desenvolvimento que possui maior quantidade de convenções de segurança e saúde ratificadas, totalizando o número de quatorze. No Brasil estão sendo avaliadas questões sobre PPRA, que, a nível de risco operacional representam uma importante ferramenta no trabalho e de auditorias bipartites. Destacou a importância do papel da CTPP no que se refere aos sistemas de gestão, tendo em vista que esse tema afeta diretamente uma das metas da Comissão, que a redução do número de acidentes ocupacionais. A Sra. Emília Câmara colocou que no Congresso Mundial de Madri, a

Comunidade Européia apresentara uma diretiva única sobre segurança e saúde do trabalhador, que abarcava todos os Ministérios e era constituída de forma tripartite. O

75 Coordenador agradeceu a presença do expositor e seguiu para o **Item 05 - Contextualização política da SSST e definição de estratégia da CTPP** - O Coordenador explicou que a Central SDS, a exemplo do que ocorrera no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e no Conselho Curador do FGTS, fora convidada para atuar na Comissão, passando a integrar a Bancada dos

80 Trabalhadores, apesar de ainda não ter sido publicada a Portaria estabelecendo a sua inclusão. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Mário Bonciani para que apresentasse uma síntese da discussão do governo que se refere a contextualização da SSST e definição de estratégia da CTPP. Este informou que a Bancada de Governo chegara ao entendimento de que um dos pilares que deveria orientar as ações da CTPP era a inserção, dentro de um planejamento global, de um Programa de Qualidade. A Sra.

85 Emília Câmara solicitou que a questão da representação das Bancadas fosse novamente debatida, tendo em vista existirem outras Centrais Sindicais que não têm participação na CTPP. O Sr. Domingos Lino concordou com as ponderações apresentadas pelo Sr. Mário Bonciani e, sobre as representações, indagou se as Bancadas de Governo e de Empregadores também fariam indicações de novas

90 entidades. O Coordenador explicou que a composição da CTPP estava baseada em relação ao modelo que o Brasil reconhece na OIT, onde está reconhecida, também, a representatividade da SDS. O Sr. Arnaldo Gonçalves não concordou com o fato de o Governo decidir sobre os representantes da Bancada dos Trabalhadores sem que fosse efetuada uma consulta prévia. O Sr. Joel Félix observou que não havia problema quanto a participação da SDS, mas, o que estava sendo criticada era a forma como

95 ocorrera essa inclusão na CTPP. A reunião foi interrompida, para que a Bancada dos Trabalhadores e de Governo pudessem refletir sobre a inserção da SDS na CTPP. Após as discussões, os trabalhos foram retomados e o Sr. Mário Bonciani informou que seria realizada uma reunião intermediária para discutir sobre o encaminhamento dado às solicitações de outras representações, independente de representação, para participar da CTPP. O Sr. Roque considerou necessário que fosse trabalhado o marketing (divulgação) da CTPP. O Sr. Leonardo Greco fez breve relato da

100 responsabilidade da CTPP em resolver os problemas de acidentes de trabalho, no país, procurando atuar de forma consensada. O Sr. Valdete Ferreira expôs sobre a necessidade de elencar, claramente, no plano de trabalho do processo de execução da CTPP, uma forma de obter respostas claras dos processos de discussão e das normas. O Sr. André lembrou que a CTPP necessitava de uma reformulação, tendo em vista a criação do PBQP, resgatando-se o seu papel inicial de condutora do processo de

105 reformulação, além do estabelecimento de cronograma claro e definido sobre as normas que serão revisadas. A Sra. Joseline Carneiro Leão externou que a CTPP trouxera uma mudança de cultura a nível de gestão, informando que a prática da negociação estava crescendo nas unidades descentralizadas e que a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho estava fazendo um investimento real, inclusive, qualificando e treinando todo o seu quadro de pessoal, com ênfase em negociação trabalhista. O Sr. Mário Bonciani colocou que uma redefinição do papel da CTPP como de gestora do programa de qualidade, significava um arranjo importante, do ponto de

110 vista da participação e do gerenciamento, de maneira geral. A Sra. Sônia Maria Bombardi ponderou que a Comissão deveria investir na questão da visibilidade da

120 CTPP e na integração com outros Ministérios, em especial o da Saúde e da Previdência Social, bem como direcionar suas atividades de modo a subsidiar a definição de Políticas Públicas em SST. **Item 06 - Aprovação da NR 21 e 22** - A Sra. Ivone Baumecker fez breve relato das discussões do Grupo Técnico Tripartite, que elaborara as referidas normas e sugeriu a criação de um Grupo Técnico para debater sobre a

125 adequação da Portaria número nove, com prazo de cento e vinte dias para conclusão dos trabalhos. Foi aprovada, então, parte da NR-21 e a NR-22, com prazo para entrar em vigor de 120 dias, além da criação imediata de um grupo tripartite de trabalho, para efetuar a conformidade da NR-05 com a CIPA, prevista na NR-22. O Sr. Leonardo Greco sugeriu a criação de um Comitê Paritário para efetuar, nos primeiros sessenta

130 dias, a compatibilização na Norma e resolver os casos omissos. **Item 07 - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP** - O Coordenador explicou que o PBQP fora entendido pela administração atual como sendo a primeira prioridade da área de segurança e saúde, objetivando atingir a meta de reduzir em vinte e cinco por cento os acidentes fatais, em um prazo de cinco anos. Acrescentou que fora efetuada

135 uma reunião com todos os gerentes de projetos PBQP, em São Paulo, há duas semanas atrás, contando com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, onde foram debatidos, inicialmente os sete projetos governamentais e agendando uma reunião para debater os outros quatro, que são coordenados pela CNI, CUT e Força Sindical. Lembrou da importância da interface com

140 outras entidades e Ministérios, principalmente o da Previdência Social e acrescentou que o BNDES criara uma linha de crédito atraente para pequenas e médias empresas, para financiar projetos de segurança e saúde. **Item 08 - Informes - 1) GTT/Custo Brasil** - O Sr. André informou que o GTT/Custo Brasil fora estruturado de forma triparte e elaborara relatório sobre a indicação de algumas regulamentações que deveriam ser suprimidas ou revistas. Desse relatório foram tiradas duas normas: os quadros da NR-04 e o registro médico da NR-15. Foram apresentadas algumas sugestões de revisão da NR-05, que já haviam sido contempladas com a própria revisão da NR-05, no seu todo. Havia uma indicação de revogação da NR-02 e da NR-25 de resíduos industriais, cujo trabalho fora retomado e estava prevista uma reunião no dia dois de agosto, em

150 São Paulo. **2) NR-16** - O Engenheiro Roque fez breve histórico sobre a referida norma e em seguida, o relato da atual situação: o Grupo de Bebidas está com o texto em produção e está caminhando positivamente. As discussões estão tendo a participação da ABNT, do IMETRO. O Grupo de Abastecimento de aeronaves, porém, está estagnado além da questão de que o representante do SNEA, que representa as

155 empresas aéreas, questionou pois o Sindicato de Empresa Aéreas não faz parte da CNT e entende que os assentos da bancada patronal para a definição de área de risco de abastecimento de aeronaves deveriam ser ocupadas por representantes do setor aéreo. **3) NR -12 - Prensas Injetoras de Plástico** - O Sr. Mário Bonciani explicou que o texto estava pronto e seria encaminhado para aprovação na próxima reunião. **3) NR-20**

160 - O Sr. Roque informou que a proposta de redação fora publicada em Diário Oficial, abarcando itens relativos à capacidade máxima de abastecimento de GPL e tanques enterrados. **4) NR-09** - O Sr. André informou que estava marcada uma reunião para o dia cinco de agosto, em São Paulo, para discutir item correspondente a responsabilidade para elaboração e implementação de PPRA. **5) NR-06** - O Sr. André

165 informou que fora realizada uma reunião, na DRT de São Paulo que debatera sobre o plano de reformulação de certificação de EPI e a verificação de representação de cada

Bancada. **6) NR-11** - O Sr. André explicou que a NR-11 tratava de armazenamento de materiais e que fora publicada Portaria no Diário Oficial, além da previsão de reunião para o dia vinte de agosto, em São Paulo. **7) GT/NR-4 - Quadro I** - O Sr. André

170 esclareceu que esse grupo de trabalho aguardara a constituição do dimensionamento da NR-05. Finalizado o dimensionamento da NR-05, estabelecendo novo conceito para CIPA, houve um agrupamento de setores econômicos com características peculiares. O grupo deve ter a sua composição publicada no Diário Oficial e, enquanto isso, será

175 adiada a entrada em vigor da necessidade de redimensionamento em CIPA e SESMT, que vencem em outubro. Foi aprovado o encaminhamento do Sr. Leonardo Greco, de tirar da pauta a demanda de criação de um grupo de trabalho da NR-04 quadro-01, assumindo-se a demanda de retomar as negociações de aproximação com Previdência Social, nesse ponto específico. Terminados os informes, o Coordenador solicitou à Sra. Joseline que procedesse à leitura do texto da NR-22, que ficou com o seguinte teor: "O

180 *Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, no uso de suas atribuições legais que conferem o artigo 10, inciso II, da estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovada pelo Decreto 1643, de 25 de setembro de 1995 e o artigo 2º da Portaria 3214, de 08 de julho de 1978 e o Artigo 200, inciso III da CLT e considerando a proposta de regulamentação apresentada pelo Grupo de*

185 *Trabalho Tripartite, constituído pela Portaria e a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, instituída pela Portaria SSST n.º 02, de 10 de abril de 1996, resolve: Art. 1º. Alterar Norma Regulamentadora, NR-22, trabalhos subterrâneos, aprovada pela Portaria 3214/78 que passa a se denominar: Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração com o texto estabelecido no anexo I da presente Portaria. Art. 2º. Revogar os itens 21.15, 21.16, 21.17, 21.18, 21.19, 21.20, 21.21 e 21.22 da Norma Regulamentadora n.º 21, trabalhos a céu aberto. Art. 3º. Manter o Grupo de Trabalho Tripartite - GTT, instituído pela Portaria que se denominará Grupo de Trabalho Permanente da Mineração para acompanhar a implementação das disposições contidas na nova redação da Norma Regulamentadora nº 22 e para analisar os casos omissos precedendo a disposição contida no item 22.37.9. Art. 4º. O Grupo de Trabalho Permanente da Mineração deverá em 60 dias, a contar da publicação desta Portaria, analisar e efetivar a conformidade do disposto no item 22.36, ao que estabelece a Portaria SSST/MTE nº 09, de 23 de fevereiro de 1999. Art. 5º. As alterações da NR-22 e a revogação dos itens da NR-21, aprovadas por esta portaria entrarão em vigor no*

190 *prazo de 120 dias. § único. Os prazos constantes no anexo II, quadro de prazos para cumprimento dos itens da NR-22, passarão a vigorar a partir dos 120 dias estabelecidos no caput. Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação".* O texto foi considerado aprovado. **Encerramento** - O Coordenador agendou a próxima reunião da CTPP para o dia dezesseis de setembro, em São Paulo,

195 na Fundacentro e, vencida a pauta e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião. E para constar, eu, Juarez Correia Barros Júnior, Coordenador da CTPP, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros desta Comissão.

200

205